

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de S. Catarina Class.: Xokleng 348
 Data: 18/04/93 Pg.: _____

DIA DO ÍNDIO

Já são 493 anos de miçangas por terra boa

Sem motivo algum para celebrações, eles resistem como podem ao extermínio

JOSÉ BOITEUX – Os indígenas das nações, Xokleng, Kaingang e Guaranis, estes últimos em absoluto estado de miséria, residentes na reserva Duque de Caxias, entre os municípios de José Boiteux e Vitor Meireles, não têm muito para comemorar nesta segunda-feira: Dia Nacional do Índio. Eles vivem à margem da sociedade, apontados como malandros ou bêbados. Após sofrerem uma completa desestruturação durante os últimos 493 anos.

Ao contrário do conceito que uma parte dos brancos ainda tem, a realidade dos indígenas da reserva de Duque de Caxias reflete o que acontece com os índios no Brasil. Mostra o preço da colonização e revela o rastro de destruição. “Por muito tempo os brancos foram aproveitando as fraquezas dos índios, massacrando, maltratando, trazendo doenças. Hoje o branco chama nós de malandro”, lamenta Vêi-Tschá, índio Xokleng.

Sem conhecerem o valor de sua cultura e a sua filosofia (linha de pensamento), os indígenas da reserva Duque de Caxias, aos poucos

vão perdendo completamente a identidade, vivendo sob o mito das indenizações de suas terras. As nações da reserva Duque de Caxias tentam conservar a língua e alguns costumes dos antepassados. “De um modo geral, nosso povo vive muito mal”, lembra o cacique da Aldeia do Toldo, Lino Nunc-Nfóonro. “A comunidade foi forçada a viver em áreas íngremes, abandonado até mesmo pela Funai (Fundação Nacional do Índio)”, completou.

Residentes em uma área de terra com 14.156,58 hectares, as nações indígenas da reserva Duque de Caxias, inicialmente possuíam 26 mil hectares. “A medida que posseiros foram invadindo a reserva a área foi diminuindo até os limites atuais”, escreveu Edmundo Prochnow, aluno da Fundação Universidade Regional de Blumenau (Furb), do curso de ciências econômicas, em um trabalho sobre o mito das indenizações. Prochnow aponta que a comunidade indígena da reserva, que havia desenvolvido primordialmente a economia de reciprocidade, com a construção da Barragem Norte, nas terras da reserva, estas sofreram diversas modificações, e principalmente desestruturação. “A barragem norte é



FOTOS DE MAURÍCIO VIEIRA

Miséria: a resistência dos índios é como um cesto de palha, bonita e frágil

a marca contundente, na economia Xokleng”, atesta Prochnow. “Os problemas que a barragem produziu para a área nunca mais será recuperado”, completa Lino Nunc-Nfóonro.

A Funai autorizou a retirada de

madeira a ser submersa no leito mestre da barragem, dentro da reserva indígena. “A floresta foi devastada, alvo de interesse de madeireiros”, destaca Prochnow. Durante o processo de exploração o índio foi alvo fácil de enganosa

logros, diante da reciprocidade, que tinha em seu sistema. “Desta forma o ciclo da madeira, marcou o novo impacto na economia da comunidade, em menos de vinte anos”, destacou.

Barragem contribuiu para aumentar a pobreza

Com o fim do ciclo da madeira - 1990/91, os indígenas tiveram que buscar novas formas de sobrevivência. Com este fato houve uma dispersão da comunidade, dividindo-a em quadro aldeias básicas: Aldeia Xsede, Toldo, Margem direita do rio Hercílio e Bugio. As diversas inundações que ocorreram dentro da reserva em vista das contenções da barragem, provocaram enormes prejuízos aos índios. Perderam casas, rebanhos, hortas, lavouras, animais, pomares, pontes, um engenho comunitário e outras benfeitorias. “A barragem forçou as comunidades a ocuparem lugares íngremes, sem condições de lavragem e são formadas de barro pobre, pedregulhos e pedras”, destaca Edmundo Prochnow. Com a barragem, 95% das terras agricultáveis que a comunidade indígena possuía ficaram perdidas. “Representam 6% do tal da reserva mas não há outras terras férteis dentro dela”. Prochnow lembra que o caos econômico se tornou presente. A comunidade indígena passou a procurar seus direitos de indenizações.

Em 1981, o governo federal prometeu indenizar os prejuízos e construir obras comunitárias, bem como meios para recuperação econômica da sociedade. Como não houve liberação dos recursos a

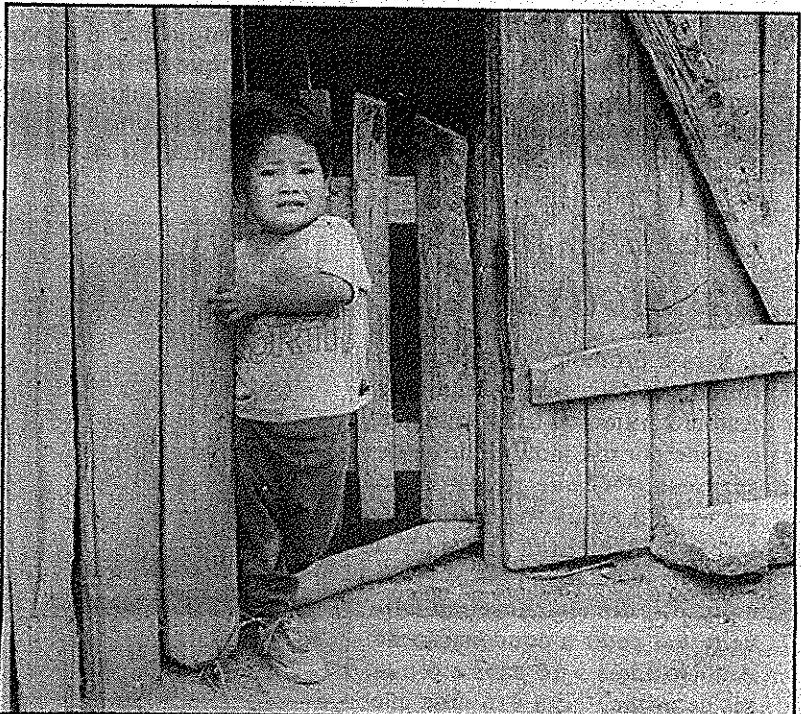
comunidade invadiu o canteiro de obras da barragem em 1990. Inicialmente eram 50 famílias e finalmente com 150 até fevereiro de 1992. A decisão de ocupar a área aparentemente surtiu efeito. O governo federal passou ao estadual a gestão do término da barragem e em fevereiro de 1992, um protocolo de intenções, entre índios e o Estado. O documento criou o Conselho Gestor do Índio, que tem a função de coordenar a aplicação dos recursos alocados no protocolo. Ele é composto por um representante do governo do estado, uma da Secretaria de Desenvolvimento Regional, um da Funai, um da comunidade indígena e um representante das entidades de apoio.

Indenizações

Edmundo Prochnow explica que os índios haviam solicitado que a parte inicial das indenizações fosse repassada em dinheiro face as emergências que tinham. Diante desta reivindicação, o governo liberou o repasse em 17 de fevereiro de 1992 no valor de Cr\$ 120 milhões. “O montante do dinheiro foi mitificado nos órgãos da imprensa”, atesta Prochnow. O total de Cr\$ 600 milhões que os índios pediram em dinheiro inicial, a título de indenizações, se destinava às

emergências para suas atividades. A primeira parcela liberada em fevereiro de 1992, e foi depositada para cada família no Besc, que correspondia a Cr\$ 120 milhões, ou 20% do total. Segundo Prochnow, o rateio deste montante, após subtrair algumas despesas assumidas comunitariamente no comércio de José Boiteux, foi na ordem de Cr\$ 136, 606, 50 mil, para pessoa. Se consideramos que a comunidade viveu durante o período de junho de 1990 a fevereiro de 1992 no canteiro de obras da barragem, sem produção regular, sem trabalho e apenas com os recursos que possuíam, o valor liberado, as condições de suprimento estavam longe da realidade.

Recentemente foram rateados os outros Cr\$ 480 milhões. Mesmo assim não foram suficientes para atender às necessidades das comunidades. Quanto às obras previstas para a aldeia, apenas uma parte das moradias estão em construção, inicialmente estão sendo edificadas pouco mais de 20 casas. Sobre as indenizações houve famílias que não foram beneficiadas. Os próprios indígenas comprovam a teoria. “Muitas famílias não foram beneficiadas e ainda estão aguardando as indenizações”, assegurou Lino Nunc-Nfóonro.



Intolerância: depois de tudo resta quase nada



Virtude:diria o general Custer; índio bom é índio “indenizado” para o futuro